

STJ00107837

Vicente Greco Filho

MANUAL DO PROCESSO PENAL

12ª Edição



tirant
lo blanch

2019
Florianópolis



Copyright© 2019 by Vicente Greco Filho

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Imagem Capa: João Vitor Ferigato Choukr (7 anos). Ensaio sobre Monet. Óleo sobre tela. 2015.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G829m
12. ed.

Greco Filho, Vicente

Manual do processo penal / Vicente Greco Filho ; revista e atualizada com a colaboração de João Daniel Rassi. - 12. ed. - Florianópolis [SC] : Tirant Lo Blanch, 2019.

544 p. : 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-9477-333-3

1. Processo penal - Manuais, guias, etc. I. Rassi, João Daniel. II. Título.

19-56673

CDU: 343.1

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO 12ª EDIÇÃO..... | 13 |
| APRESENTAÇÃO DA 7ª EDIÇÃO..... | 15 |
| APRESENTAÇÃO DA 4ª EDIÇÃO..... | 17 |
| APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO..... | 19 |
| UMA PALAVRA DE EXPLICAÇÃO. UM DEPOIMENTO | 19 |
| INTRODUÇÃO | 23 |
| 1. TEORIA GERAL DO PROCESSO..... | 23 |
| 2. UMA VISÃO POLÍTICA DO PROCESSO | 28 |

CAPÍTULO I

| | |
|---|----|
| NOÇÕES GERAIS..... | 31 |
| 3. O DIREITO E A REALIZAÇÃO DE VALORES | 31 |
| 4. O VALOR DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DO DIREITO..... | 35 |
| 5. O DIREITO E O PROCESSO..... | 37 |
| 6. ATIVIDADE LEGISLATIVA, ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL: SEU RELACIONAMENTO..... | 43 |
| 7. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA (EVOLUÇÃO HISTÓRICA)..... | 44 |
| 7.1. A ANTIGUIDADE GRECO-ROMANA | 44 |
| 7.2. O CRISTIANISMO | 46 |
| 7.3. A MAGNA CARTA E AS CONSTITUIÇÕES DE FEDERICO II DI SVEVIA | 47 |
| 7.4. DO CONTRATUALISMO ÀS DECLARAÇÕES DE DIREITOS | 50 |
| 7.5. A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA | 51 |
| 7.6. OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA..... | 53 |
| 8. O PROCESSO COMO GARANTIA ATIVA E PASSIVA..... | 55 |
| 8.1. ASPECTOS GERAIS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO | 55 |
| 8.2. O DIREITO CONSTITUCIONAL DE AÇÃO..... | 62 |
| 8.3. A GARANTIA DO PROCESSO PENAL | 66 |
| 8.4. A PROIBIÇÃO DA JUSTIÇA PRIVADA | 69 |
| 9. AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO | 70 |
| 9.1. GARANTIAS GERAIS..... | 70 |
| 9.2. A GARANTIA DA COISA JULGADA | 80 |
| 9.3. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL..... | 82 |
| 9.4. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL..... | 91 |
| 10. O DIREITO PROCESSUAL PENAL: CONCEITO E CAMPO DE ATUAÇÃO | 93 |

| | |
|--|----|
| 11. O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA .. | 94 |
| 12. O DIREITO PENAL E O PROCESSUAL PENAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. DIREITO PENAL DO INIMIGO E DIREITO PENAL DO CIDADÃO | 97 |

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES101

| | |
|---|-----|
| 13. DA LEI DE PROCESSO PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO | 101 |
|---|-----|

CAPÍTULO III

DO INQUÉRITO POLICIAL.....105

| | |
|--|-----|
| 14. CONCEITO, NATUREZA E FINALIDADE. A JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL | 105 |
| 15. PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO..... | 107 |
| 16. INCOMUNICABILIDADE E INDICIAMENTO | 110 |
| 17. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO | 113 |
| 18. ALTERNATIVAS DO INQUÉRITO POLICIAL AO CHEGAR A JUÍZO: VOLTA À POLÍCIA, CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. ARQUIVAMENTO | 114 |
| 19. ASPECTOS ESPECIAIS..... | 119 |
| 19.1. ATUAÇÃO POLICIAL EM FACE DOS ATOS PREPARATÓRIOS..... | 119 |
| 19.2. ASPECTOS DA INVESTIGAÇÃO EM FACE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA | 121 |
| 19.3. TERMO CIRCUNSTANCIADO: CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES QUE A LAVRATURA DO TERMO EXIGE. DA AUTORIDADE ATRIBUÍDA PARA LAVRAR O TERMO | 123 |
| 19.3.1. Introdução e contexto histórico..... | 123 |
| 19.3.2. A natureza jurídica do termo circunstanciado | 124 |
| 19.3.3. A natureza das decisões que a lavratura do termo exige | 127 |
| 19.3.4. A função e papel dialético-jurídico dos envolvidos na persecução penal e sua responsabilidade em face das garantias individuais, bem como a responsabilidade do conjunto de seus participantes | 128 |
| 19.3.5. As atribuições constitucionais da Polícia Civil e da Polícia Militar..... | 130 |

CAPÍTULO IV

DA AÇÃO PENAL131

| | |
|--|-----|
| 20. ASPECTOS GERAIS: CONCEITO, CONDIÇÕES. CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE | 131 |
| 20.1. CONCEITO | 131 |
| 20.2. CONDIÇÕES..... | 132 |
| 20.3. CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE | 138 |
| 21. CLASSIFICAÇÕES DA AÇÃO PENAL | 140 |
| 22. CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO PÚBLICA..... | 144 |
| 23. CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO PENAL EXCLUSIVAMENTE PRIVADA... .. | 145 |
| 24. DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE QUEIXA | 149 |
| 25. DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA..... | 152 |

| | |
|--|------------|
| 26. ELEMENTOS DA DENÚNCIA OU QUEIXA | 153 |
| 27. DO RECEBIMENTO E DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA. | 157 |
| CAPÍTULO V | |
| DA AÇÃO CIVIL | 159 |
| 28. DA AÇÃO CIVIL: ESPÉCIES, OPORTUNIDADE | 159 |
| CAPÍTULO VI | |
| DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA | 163 |
| 29. JURISDIÇÃO: CONCEITO, ATUAÇÃO, PRINCÍPIOS E LIMITES | 163 |
| 30. COMPETÊNCIA: CONCEITO E CRITÉRIOS DETERMINADORES, OBJETIVOS E FUNCIONAIS | 165 |
| 31. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL | 169 |
| 32. COMPETÊNCIA INTERNA. | 171 |
| 32.1. INTRODUÇÃO | 171 |
| 32.2. ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS, POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO OU HIERÁRQUICA | 172 |
| 32.3. DAS JUSTIÇAS ESPECIAIS | 175 |
| 32.4. DA JUSTIÇA FEDERAL | 179 |
| 32.5. DE FORO OU DE COMARCA | 184 |
| 32.6. DE JUÍZO. | 188 |
| 33. DA PREVENÇÃO E DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. | 190 |
| 34. DA CONEXÃO E DA CONTINÊNCIA | 194 |
| 35. MEIOS DE DECLARAÇÃO DA INCOMPETÊNCIA | 196 |
| 36. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. | 197 |
| CAPÍTULO VII | |
| DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. | 199 |
| 37. INTRODUÇÃO | 199 |
| 38. DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS | 199 |
| 39. DAS EXCEÇÕES | 204 |
| 40. DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA | 207 |
| 41. DA RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS | 208 |
| 42. DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS: SEQUESTRO, ESPECIALIZAÇÃO DA HIPOTECA LEGAL E ARRESTO | 210 |
| 43. DO INCIDENTE DE FALSIDADE | 215 |
| 44. DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO | 217 |
| 45. FORMAÇÃO DE COLEGIADO EM CASOS DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS | 219 |
| 46. A COLABORAÇÃO PREMIADA | 223 |

CAPÍTULO VIII**DA PROVA 233**

| | |
|---|-----|
| 47. TEORIA GERAL DA PROVA | 233 |
| 47.1. INTRODUÇÃO | 233 |
| 47.2. CONCEITO DE PROVA | 233 |
| 47.3. OBJETO DA PROVA | 235 |
| 47.4. MEIOS DE PROVA. MEIOS ILÍCITOS | 236 |
| 47.5. ÔNUS DA PROVA | 240 |
| 47.5.1. Introdução | 240 |
| 47.5.2. Esboço histórico e direito comparado | 241 |
| 47.5.3. Teorias modernas sobre o ônus da prova | 242 |
| 47.5.4. Ônus subjetivo e ônus objetivo | 243 |
| 47.5.5. Sistema legal brasileiro | 243 |
| 47.6. MOMENTOS DA PROVA | 245 |
| 47.7. PRESUNÇÕES, INDÍCIOS E MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA | 246 |
| 47.8. A APRECIACÃO OU VALORAÇÃO DA PROVA | 251 |
| 47.9. PODERES DO JUIZ EM RELAÇÃO À PROVA | 255 |
| 48. DO EXAME DE CORPO DE DELITO E OUTRAS PERÍCIAS | 256 |
| 48.1. REGRAS GERAIS | 256 |
| 48.2. DO EXAME DE CORPO DE DELITO | 261 |
| 48.3. PERÍCIAS ESPECIAIS | 264 |
| 49. DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO | 266 |
| 50. DA CONFISSÃO | 269 |
| 51. DO OFENDIDO E DAS TESTEMUNHAS | 271 |
| 52. DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS | 278 |
| 53. DA ACAREAÇÃO | 279 |
| 54. DOS DOCUMENTOS | 279 |
| 55. DA BUSCA E APREENSÃO | 280 |
| 56. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA | 281 |
| 56.1. ANTECEDENTES E CONCEITOS BÁSICOS | 281 |
| 56.2. QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA LEI | 285 |
| 56.3. PROCEDIMENTO DA INTERCEPTAÇÃO | 293 |
| 57. DA ENTREGA VIGIADA | 298 |
| 58. DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES | 304 |

CAPÍTULO IX**DOS SUJEITOS DO PROCESSO 309**

| | |
|--|-----|
| 59. CLASSIFICAÇÃO | 309 |
| 60. DO JUIZ | 309 |
| 61. DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 313 |
| 62. DO ACUSADO E SEU DEFENSOR. DA DEFENSORIA PÚBLICA | 316 |
| 63. DO ASSISTENTE | 320 |

| | |
|--|------------|
| 64. DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA | 324 |
| 64.1. CONCEITO | 324 |
| 64.2. DOS SERVENTUÁRIOS E DO OFICIAL DE JUSTIÇA | 325 |
| 64.3. DO PERITO, DEPOSITÁRIO, ADMINISTRADOR, INTÉRPRETE E OUTROS | 325 |
| CAPÍTULO X | |
| DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA | 327 |
| 65. PRINCÍPIOS E ASPECTOS GERAIS | 327 |
| 66. DA PRISÃO PROCESSUAL | 333 |
| 66.1. DA PRISÃO EM FLAGRANTE | 333 |
| 66.2. DA PRISÃO TEMPORÁRIA | 339 |
| 66.3. DA PRISÃO PREVENTIVA | 341 |
| 66.4. DA PRISÃO POR PRONÚNCIA E POR SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL, MEDIANTE PREVENTIVA | 345 |
| 67. DA LIBERDADE PROVISÓRIA E DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES | 348 |
| 67.1. ASPECTOS GERAIS | 348 |
| 67.2. DA LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA | 349 |
| 67.3. DA FIANÇA | 351 |
| 67.4. DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES | 355 |
| CAPÍTULO XI | |
| DA CITAÇÃO E DAS INTIMAÇÕES (DA REVELIA) | 359 |
| 68. DA CITAÇÃO | 359 |
| 69. DAS INTIMAÇÕES | 365 |
| CAPÍTULO XII | |
| DAS NULIDADES | 369 |
| 70. PRINCÍPIOS GERAIS. CLASSIFICAÇÃO | 369 |
| 71. ROL LEGAL DAS NULIDADES | 378 |
| 72. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE NULIDADES NO PROCESSO PENAL | 385 |
| CAPÍTULO XIII | |
| DA SENTENÇA | 391 |
| 73. CONCEITO, ELEMENTOS | 391 |
| 74. EMENDATIO E MUTATIO LIBELLI | 393 |
| 75. FUNDAMENTOS E EFEITOS DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA | 398 |
| 75.1. FUNDAMENTOS E EFEITOS CIVIS | 398 |
| 75.2. EFEITOS PENAIS | 402 |

| | |
|--|-----|
| 76. FUNDAMENTOS E CONTEÚDO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA .. | 403 |
| 77. DA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA | 406 |
| 78. DA COISA JULGADA PENAL | 408 |

CAPÍTULO XIV

DOS RECURSOS.....413

| | |
|---|-----|
| 79. TEORIA GERAL DOS RECURSOS | 413 |
| 79.1. CONCEITO | 413 |
| 79.2. PRESSUPOSTOS | 416 |
| 79.3. PRINCÍPIOS | 424 |
| 79.4. EFEITOS | 425 |
| 79.5. CLASSIFICAÇÕES | 427 |
| 80. RECURSO NO SENTIDO ESTRITO | 427 |
| 81. APELAÇÃO | 434 |
| 82. PROTESTO POR NOVO JÚRI | 439 |
| 83. DOS EMBARGOS | 439 |
| 83.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO | 439 |
| 83.2. EMBARGOS INFRINGENTES | 440 |
| 83.3. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA | 441 |
| 84. DA CARTA TESTEMUNHÁVEL | 442 |
| 85. DOS RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES | 443 |
| 85.1. RECURSO ORDINÁRIO | 443 |
| 85.2. RECURSO ESPECIAL | 444 |
| 85.3. RECURSO EXTRAORDINÁRIO | 450 |

CAPÍTULO XV

DO PROCEDIMENTO.....453

| | |
|--|-----|
| 86. PROCESSO E PROCEDIMENTO. CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS. DA SUSPENSÃO DO PROCESSO | 453 |
| 86.1. CONCEITOS | 453 |
| 86.2. PRINCÍPIOS DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO | 454 |
| 86.3. CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS | 457 |
| 86.4. DA FORMAÇÃO E SUSPENSÃO DO PROCESSO | 460 |
| 87. DO PROCEDIMENTO COMUM | 464 |
| 87.1. INTRODUÇÃO | 464 |
| 87.2. DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO E DO PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL NO CASO DE RÉU PRESO | 465 |
| 87.2.1. Do procedimento | 465 |
| 87.2.2. Do prazo da instrução criminal no caso de réu preso | 473 |
| 87.3. DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO | 477 |
| 87.4. DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO | 478 |
| 88. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS | 481 |

| | |
|--|-----|
| 88.1. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO JÚRI..... | 481 |
| 88.1.1. Introdução | 481 |
| 88.1.2. Da acusação e da instrução preliminar..... | 483 |
| 88.1.3. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária | 486 |
| 88.1.4. Da preparação do processo para julgamento em plenário | 493 |
| 88.1.5. Do desaforamento..... | 494 |
| 88.1.6. Providências preparatórias de instalação do Tribunal do Júri: alistamento dos jurados, organização da pauta, sorteio e convocação dos jurados, da função do jurado | 495 |
| 88.1.7. Da composição do Tribunal do Júri e da formação do Conselho de Sentença .. | 498 |
| 88.1.8. Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri. Da incomunicabilidade e das recusas | 499 |
| 88.1.9. Da instrução em plenário e das atribuições do juiz..... | 503 |
| 88.1.10. Dos debates | 504 |
| 88.1.11. Do questionário e sua votação | 506 |
| 88.1.12. Da sentença e da ata dos trabalhos | 510 |
| 88.2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CÓDIGO | 512 |
| 88.2.1. Aspectos gerais | 512 |
| 88.2.2. Procedimento dos crimes de responsabilidade de funcionários públicos..... | 512 |
| 88.2.3. Procedimento dos crimes contra a honra..... | 514 |
| 88.2.4. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial..... | 516 |
| 88.2.5. Procedimento dos crimes de competência originária dos tribunais..... | 518 |
| 88.2.6. O “habeas corpus”..... | 519 |
| 88.2.7. Revisão criminal | 526 |
| 88.3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEIS ESPECIAIS | 530 |
| 88.3.1. Procedimento dos crimes de abuso de autoridade | 530 |
| 88.3.2. Procedimento dos crimes de competência originária dos Tribunais | 531 |
| 88.3.3. Procedimento dos crimes da Lei de Licitações..... | 534 |
| 88.3.4. Procedimento da suspensão condicional do processo da Lei n. 9.099/95..... | 534 |
| 88.3.5. Procedimento dos crimes da Lei de Drogas..... | 535 |
| 88.3.6. Outras disposições especiais | 536 |

CAPÍTULO XVI

DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE

ESTRANGEIRA

539

89. CARTAS ROGATÓRIAS, HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA

ESTRANGEIRA, EXTRADIÇÃO

539

BIBLIOGRAFIA

541